

A GUERRA PENINSULAR REVISITADA NA IMPRENSA
PORTUGUESA: IMAGENS DA GRÃ-BRETANHA DO
ULTIMATUM À REPÚBLICA¹

Teresa Pereira
Universidade Nova de Lisboa
CETAPS

A Guerra Peninsular deu origem a um *corpus* variadíssimo de relatos de viagem, escritos por militares britânicos, que, sob a forma de cartas, diários, memórias, entre outras, se empenharam em (re)escrever a história das invasões francesas em Portugal e das campanhas de Wellington contra Napoleão. O elevado número de textos produzidos em consequência do encontro entre o “Eu” (britânico) e o “Outro” (português) durante e após a Guerra, revela o modo como “a memória cultural ... percebe e narra o passado, mediante circunstâncias variáveis que marcam a actualidade do autor, em especial o momento da escrita” (Terenas, 2012:15).

Por outro lado, o ainda recente segundo centenário da presença napoleónica e britânica em Portugal motivou a publicação de múltiplas obras, entre as quais destacamos as seguintes: *A Guerra Peninsular. Perspectivas Multidisciplinares* (2008), coordenada por Maria Leonor Machado de Sousa; *O Exército Português e as Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular* (2009-2010), uma publicação da Direcção de

¹ Este artigo resulta, em grande medida, da investigação levada a cabo no 2º semestre do ano lectivo de 2012-2013, para o Seminário “Cruzamentos Culturais Luso-Britânicos” (Mestrado em Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), sob a orientação da Prof.ª Doutora Gabriela Gândara Terenas, a quem deixo aqui os meus agradecimentos por toda a ajuda que me disponibilizou.

História e Cultura Militar do Exército; ou, ainda, *Entre a História e a Ficção: as Invasões Francesas em Narrativas Portuguesas e Britânicas* (2012), da autoria de Gabriela Gândara Terenas. Neste vasto conjunto, de que apenas destacámos alguns escasos exemplos, verificámos que poucos foram os autores que se dedicaram à análise dos artigos sobre a Guerra Peninsular publicados na imprensa periódica portuguesa entre 1890 e 1910, ou seja, aquando do *Ultimatum* e da evocação do primeiro centenário, sobretudo de uma perspectiva comparatista. O presente estudo tem, assim, como objectivo primordial contribuir, de algum modo, para colmatar essa lacuna, mediante a análise de textos jornalísticos dessas épocas que revisitaram a Guerra Peninsular e, sobretudo, as relações luso-britânicas, à luz do momento da escrita.

Partindo de uma abordagem que se insere claramente na metodologia proposta pelos Estudos Anglo-Portugueses, entendidos enquanto área disciplinas autónoma, pretendemos analisar dois conjuntos de textos porventura menos conhecidos entre o público. Em consequência do facto de a imagem da Grã-Bretanha na imprensa periódica portuguesa, entre os anos de 1890 e 1910, se encontrar, em larga medida, por estudar, esperamos que o presente estudo possa trazer algo de novo relativamente à percepção dos portugueses acerca da Guerra Peninsular no pós-*Ultimatum*. Para isso seleccionámos um conjunto de artigos publicados num dos periódicos de maior circulação no seu tempo: *O Ocidente*.

As imagens projectadas pela opinião pública portuguesa e pela imprensa periódica, após 1890, relativas à actuação britânica na Península Ibérica que resultou das invasões napoleónicas traduziam sobretudo o imaginário colectivo de um povo humilhado pela prepotência britânica. Assim, os artigos publicados em *O Ocidente* por ocasião do período do pós-*Ultimatum*, por um lado, e nas vésperas da implantação da República, por outro, revelaram-se do maior interesse.

Não se pretende, contudo, apresentar um estudo exaustivo de todos os artigos sobre o assunto publicados entre 1890 e 1910, mas apenas uma selecção de dois grupos de textos, que, pelas suas características, denunciam as ansiedades e as preocupações resultantes do momento político-social em que se inserem. Estes conjuntos de textos pretendem, assim, constituir uma amostragem da forma como a aliança luso-britânica aquando da Guerra Peninsular foi vista, na imprensa portuguesa dos finais do século XIX e primórdios do século XX, de duas formas totalmente diferentes.

O primeiro grupo de textos, redigido e publicado ao longo de 1890 por Manuel Barradas², diz respeito a Gomes Freire de Andrade, estendendo-se, portanto, desde finais do século XVIII até 1817, ano da morte do General. O segundo conjunto, publicado por Bartolomeu Sesinando Ribeiro Artur³ em 1909, em jeito de comemoração do primeiro centenário da Guerra Peninsular, reúne uma série de escritos anónimos de 1808, que satirizam a figura de Napoleão Bonaparte.

Deste modo, pretendemos provar que as narrativas em estudo, ao revisitarem o período que se estende de 1808 a 1812, veicularam imagens totalmente distintas da mesma guerra, o que se justifica, como veremos, pelas circunstâncias políticas, sociais e económicas em que foram produzidas e publicadas e, portanto, pelo(s) horizonte(s) de expectativa do(s) público(s) leitor(es). Em última análise, o presente estudo visa demonstrar o modo como a imagem do “Outro” (no caso a Grã-Bretanha) se encontra totalmente dependente do momento histórico-cultural em que foi veiculada.

De facto, os Estudos de Imagem, campo de investigação extremamente fértil, debruçam-se precisamente sobre as complexas relações estabelecidas entre a literatura e “uma determinada estrutura social, cultural e política” (Machado, 2001:49). A *imagologie*, ou imagologia, incide fundamentalmente na análise dos símbolos, alegorias, estereótipos, entre outros, construídos por um “Eu” a respeito de um “Outro”, em determinada

² Manuel Barradas (1865-1898) tornou-se colaborador de *O Ocidente* justamente na altura do *Ultimatum* de 1890. Esteve presente em África, tendo a seu cargo a função de supervisionar obras públicas, e visitou a Inglaterra e as Américas na qualidade de imediato. Foi também membro da Sociedade de Geografia e do Instituto 19 de Setembro. Entre as suas obras contam-se *O General Gomes Freire* (1892) e *O Infante D. Henrique* (1894).

³ Tenente-coronel de infantaria, escritor e artista, Bartolomeu Sesinando Ribeiro Artur (1851-1910) frequentou o Real Colégio Militar, a Escola do Exército e, ainda, a Escola Politécnica. Em consequência da sua notável carreira militar, foi condecorado com uma série de medalhas de prata por comportamento exemplar e prestação de bons serviços. Foi ainda oficial e cavaleiro da Real Ordem de S. Bento de Avis, cavaleiro da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, da Ordem Militar de S. Tiago e da de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, comendador da Real Ordem espanhola de Isabel a Católica. Recebeu as medalhas da Cruz Vermelha de Espanha, da Cruz de 2.ª classe de mérito militar e a Cruz de Carlos III. Ribeiro Artur publicou várias obras de carácter militar, entre as quais se contam as seguintes: *Pequeno Manual para Uso do Soldado de Infantaria* (1896); *A Legião Portuguesa ao Serviço de Napoleão* (1808-1813); *Teorias nas Casernas. Educação Militar do Soldado* (1902); e *Os Caçadores Portugueses na Guerra Peninsular* (1899). Por fim, a sua paixão pela pintura e aguarela levaram-no a estar presente em todas as exposições do Grémio Artístico e da Sociedade Nacional de Belas Artes, chegando até a apresentar as suas obras na Exposição Universal de Paris de 1900.

conjuntura histórica, e que, como tal, revelam “auto-imagens, auto-representações indissociáveis de representações polémicas do estrangeiro, como, por exemplo, se passou em Portugal na altura do *Ultimatum* de 1890” (Machado, 2001:50). Deste modo, no acto da produção escrita encontram-se também implicados factores como a difusão, a opinião pública e o horizonte de expectativas do público-alvo, pelo que a imagem do estrangeiro passa a estar inexoravelmente ligada ao imaginário colectivo de determinada nação.

Consequentemente, a imagem nascida do processo de distanciação entre um “Eu” e um “Outro” constitui um acto discursivo e interpretativo, que, muitas vezes, dá origem ao estereótipo. Redutor e generalista, o estereótipo representa um ponto de encontro entre o “Eu” e o “Outro”, pelo que estabelece, desde o início, uma hierarquia, que muitas vezes se cristaliza no imaginário colectivo. Assim, aquele que olha, ao construir uma imagem do objecto que é olhado, acaba por veicular uma determinada imagem de si mesmo. Como nos diz Álvaro Manuel Machado,

é impossível evitar que a imagem do Outro ... não surja ... também como negação do Outro, o complemento, o prolongamento do meu próprio corpo ou do meu próprio espaço. Queremos dizer “o Outro” ... e, ao dizer “o Outro”, negámo-lo e dizemo-nos a nós próprios. De certo modo, dizemos também o mundo que nos rodeia, dizemos o lugar de onde partiu o “olhar”, o juízo sobre o Outro: a imagem do Outro revela as relações que estabelecemos entre o mundo ... e eu próprio (2001:53).

Como tal, o discurso sobre o “Outro” pode constituir um acto agressivo de apropriação, pelo que devemos atentar também nas palavras de Christopher Prendergast a este propósito: “if representation is the process whereby ‘a’ stands for ‘b’ ..., by what authority does it do so? The question then is a question about authority in representation, though inevitable ..., is not only alienating but also oppressive” (2000: 8,9). Deste modo, o discurso que o que olha adopta a respeito do que é olhado resulta fundamentalmente de uma mediação. Assim sendo, cabe ao investigador desconstruir essas imagens, pois

one of the things we can do ... is to analyze the properties, rules, and modes of functioning of systems of representation, with a view to uncovering their assumptions, describing their origins, and above all unmasking the processes whereby those origins are concealed in the interests of parading the human choices and conventions on which they are based as not human choices and conven-

tions at all but as if they were natural, permanent, and unalterable made to the specifications of eternity (Prendergast, 2000:9).

Os textos em apreço, nascidos na consequência das convulsões políticas do pós-*Ultimatum*, devem ser analisados tendo por base os pressupostos imagológicos, pois torna-se fundamental a sua desconstrução, mediante o entendimento da conjuntura histórica em que se inserem. Assim, os artigos publicados no periódico *O Ocidente*, no ano de 1890, centraram-se na figura de Gomes Freire de Andrade,⁴ acusado de participar na conspiração de 1817, descoberta por Beresford.⁵ Com o claro propósito de veicular uma imagem negativa das tropas britânicas, mantendo uma postura neutral a respeito do exército invasor e exaltando os feitos do General português, a narrativa aqui em análise revisita não só as relações anglo-lusas ao tempo da Guerra Peninsular propriamente dita, mas também nas vésperas da Revolução Liberal.

Como contraponto, o conjunto de textos, de autores anônimos, escritos em 1808 e reproduzidos um século mais tarde, no mesmo periódico, *O Ocidente*, pela ocasião das comemorações

⁴ Gomes Freire de Andrade nasceu em Viena, em 27 de Janeiro de 1757, filho do Embaixador português na Corte austríaca. A sua vida foi marcada pelos mais variados sucessos militares, entre os quais se contam a sua presença na Rússia, o que lhe valeu o título de coronel da cavalaria imperial russa quando tinha apenas vinte e seis anos, e as suas campanhas em Espanha, na guerra do Roussilhão. Perante o eclodir da Guerra Peninsular, o General integrou o exército francês, fazendo parte da Legião Portuguesa. Findado o período correspondente às invasões francesas, Gomes Freire de Andrade regressou a Portugal, onde foi acusado de conspiração contra a Regência e enforcado, em 18 de Outubro de 1817, na Torre de S. Julião.

⁵ Nascido em 2 de Outubro de 1768, William Carr Beresford foi uma figura preponderante no desenrolar do conflito armado que teve lugar na Península Ibérica entre 1808 e 1815. Em 24 de Dezembro de 1807, Beresford foi enviado para o arquipélago da Madeira, onde exerceu a função de Governador e comandante supremo, ao mesmo tempo que aprendia a língua portuguesa. No ano seguinte, em Agosto de 1808, aquele que viria a ser nomeado Conde de Trancoso chegou a Lisboa. Nos primeiros anos da sua presença em Portugal Continental, Beresford teve a árdua tarefa de reorganizar o exército português, função que desempenhou de modo eficaz. No entanto, os acontecimentos que se seguiram ao final vitorioso dos exércitos aliados na Guerra Peninsular valeram-lhe fortes críticas por parte da opinião pública portuguesa. Após a batalha de Toulouse e do seu breve regresso a Inglaterra, onde foi nomeado *Lord Beresford de Albuerca* e Cappelquin, Beresford regressou a Lisboa. Contudo, a indignação portuguesa para com a estada prolongada de militares britânicos em Portugal, aliado ao espírito liberal que as guerras napoleónicas haviam disseminado pela Europa, levou a que os oficiais do Reino Unido fossem dispensados do exército português em 1819, levando Beresford a dirigir-se ao Rio de Janeiro para se reunir com D. João VI. Ao regressar a Lisboa, o Marechal deparou-se com a proclamação da Constituição de 1822, tendo sido proibido de entrar em território luso. William Carr Beresford, que nunca mais voltaria a Portugal, viria a morrer com oitenta e cinco anos, em 8 de Janeiro de 1854.

do primeiro centenário das invasões francesas, apresenta-se claramente favorável à imagem de Inglaterra: Napoleão foi fortemente satirizado e ridicularizado, por oposição a Wellington, representado como um indivíduo temível, mas equiparável à típica figura do *gentleman*.

Começemos com a análise dos nove artigos da autoria de Manuel Barradas, publicados em nove números da revista *O Ocidente*, sempre sob o título de “Estudos Historicos”. O próprio Manuel Barradas relata-nos, no corpo de texto, que recorreu largamente à *Historia de Portugal* (1869 e 1874), de Pinheiro Chagas, o que nos leva a depreender que pretendia reivindicar um cariz historiográfico para o seu texto. Pareceu, assim, oportuno ao autor publicar um estudo “sobre os vultos nacionais que a nação traidora dos piratas ... [,] esse cobardissimo paiz que vive na rapina ha mais de tres séculos [,] fez desaparecer da tella politica” (1890, n.º 403:50).

Este conjunto de “Estudos Historicos” revela-se de particular interesse por representar imagens do “Eu” e do “Outro” assentes em três vectores fundamentais. Em primeiro lugar, numa imagem do General Gomes Freire de Andrade correspondente, em larga medida, ao multissecular discurso sebastianista, visto que os vocábulos utilizados para retratar o oficial lhe atribuem um carácter messiânico. Em consequência da sua inteligência, honra e bravura, Gomes Freire tinha a capacidade de resgatar a nação portuguesa da decadência a que havia sucumbido. Depois, no facto de Barradas tecer fortes censuras aos governantes do início do século XIX, o que, em última análise, corresponde a uma crítica, porventura implícita, ao Governo português da última década de oitocentos. Por fim, no estabelecimento de uma dualidade bipolarizada entre uma posição neutra relativa às tropas napoleónicas e uma atitude de despeito para com o exército inglês.

Em sintonia com o discurso adoptado pela imprensa portuguesa do pós-*Ultimatum* caracterizada, em larga medida, pela dicotomia apocalipse/regeneração, o texto de Manuel Barradas estabelece, como referimos, uma ligação muito clara entre a imagem do General Gomes Freire de Andrade e o mito sebastianista. Como nos diz Teresa Pinto Coelho, “à destruição da Pátria seguir-se-á a criação de um universo renovado: o Caos será substituído por uma nova Idade dourada. O discurso jornalístico assenta, assim, no paradigma apocalíptico, alimentando-se da esperança messiânica de salvação nacional” (1996:75). Deste modo, ao identificar a vida e a morte do General com o

mito sebastianista, Barradas apelida-o, a um tempo, de “intransigente”, “suspeito” e “martyr” (1890, n.º 403:50).

A intransigência refere-se ao militar “estrangeirado” e advém da sua inexorável luta contra “o poder absoluto, ... contra a deslealdade, contra a ignorância, contra a dominação despotica fosse de quem fosse”. Assim, o autor estabelece, desde o início, uma ligação entre a coragem de Gomes Freire e a luta contra a tirania do Governo de William Beresford. Numa segunda etapa da vida do General “suspeito”, Barradas sente necessidade de justificar a presença de Gomes Freire de Andrade nas fileiras do exército napoleónico, integrado na Legião Portuguesa:

As autoridades do paiz *mandavam* que os francezes fossem bem recebidos e tratados como amigos pelo povo portuguez. Poderia ser alcunhado de traidor quem obedecesse às ordens do principe regente D. João?!... Ora, Gomes Freire, que estivera ao serviço da Rússia, primeiro, e depois de Hespanha com aplauso de muitos e admiração de todos, não podia ser censurado por servir a França De resto, n'aquella epocha todos os homens ilustrados e designadamente a côrte, tinham como impossivel a lucta contra Napoleão, estava-se convencido que Portugal fôra riscado do numero das nações independentes (1890, n.º 412:126).

No último momento, “o martyr”, relata-se o regresso de Gomes Freire a Lisboa, e o modo como o espírito popular português manifestava um sentimento cada vez mais “adverso á alliança inglesa pela maneira villissima como esta nação conosco se portára” (Barradas, 1890, n.º 415:148-149). Através destes argumentos, Barradas pretendia justificar qualquer conspiração contra a governação de Beresford na qual Gomes Freire tivesse porventura participado. Deste modo, o autor edifica a imagem de um General, que, tendo tido como objectivo salvar Portugal, “não tardou muito a que o leopardo lhe ferrasse as garras. E não faltaram hienas do paiz que se cevassem no cadaver do martyr” (1890, n.º 425:230).

De facto, as críticas aos governantes portugueses, cujas “baixeiras, com que o governo do principe regente comprou uma tranquillidade precaria, ainda hoje nos fazem corar de vergonha” (1890, n.º 412:126), são uma constante ao longo da narrativa. Logo no primeiro número de “Estudos Historicos”, Barradas justifica a conspiração contra Gomes Freire do seguinte modo:

E vendo, porque tinha uma superior intelligencia de verdadeiro homem de estado, a marcha rachitica da politica portugueza, tantas vezes fraca, humilhante, cobarde, tantas vezes hypocrita,

negociadora mediocre, sempre sem ilustração, sem norte, sem dignidade, sem amor ao paiz... que de incertezas, de revoltas, de desgostos e decepções se não povoaria o espirito de Gomes Freire ao ver o abarrotar de interesseira baixesa nos diversos poderes que então dominavam o reino (1890, n.º 403:50)

Deve, no entanto, notar-se que a preocupação de Manuel Barradas em veicular uma imagem negativa dos governantes portugueses representa, no fundo, ansiedades e preocupações do autor face ao enquadramento político, social e económico coevo. Recorde-se que o forte impacto do *Ultimatum* na população portuguesa e o sentimento por ela partilhado de uma avassaladora humilhação precipitaram o início de um movimento marcadamente anti-britânico, que tinha em vista cortar as relações comerciais com Inglaterra, reorganizar a Marinha de Guerra portuguesa e, até, criar um imposto voluntário de defesa nacional. A alegada submissão do Governo português face à prepotência britânica motivou árduas críticas por parte da imprensa e da população em geral. Assim, o revisitar da intervenção britânica no país por ocasião da Guerra Peninsular espelha, sobretudo, uma atitude de decepção e descontentamento para com o Portugal de 1890. Tal se pode depreender das palavras do autor ao afirmar que “o governo portuguez, quer o da regencia em Lisboa, quer o do principe D. João no Rio de Janeiro, continuaram na afrontosa subserviencia de obedecer em tudo ao inglez” (Barradas, 1890, n.º 415:148).

Por outro lado, a posição assumida pelo articulista face à presença de dois exércitos estrangeiros em Portugal revela-se muito curiosa, pois denota uma fobia em relação aos ingleses e uma atitude neutra para com as tropas napoleónicas. O Marechal Beresford, escolhido inicialmente para treinar e comandar o exército português foi, neste contexto, a figura britânica mais atacada por Barradas:

O marquez de Campo Maior Beresford, não foi pois como juiz, nem como chefe superior do exercito, que prendeu e infamou um tenente general portuguez. Foi como inglez. Era o odio, a inveja, o rancor contra Gomes Freire que o desprezava, que nunca lhe deu importancia, e que mais dia menos dia vinha a alcançar o prestigio fundado no brio militar, na bravura, energia e rapidez de resoluções que só tinham os soldados que haviam servido nas fileiras dos filhos da Revolução (1890, n.º 425:227).

A descrição da vilipendiada personalidade de Beresford assemelha-se a uma outra, do mesmo autor, sobre o carácter

inglês: “sempre falso, sempre traiçoeiro, sempre vilmente calculista, sempre interesseiro, baixo, sempre sem coração, sempre com calculo, sempre sustentando o seu proverbial egoísmo” (1890, n.º 405:70).

Contrariamente às constantes e ásperas críticas aos britânicos, surgem escassas e inócuas descrições da actuação dos franceses em Portugal. Assim, frequentemente através da omissão, o autor denota o poder mediador que detém sobre o seu artefacto cultural: o texto transfigura-se num local conflituoso em que o articulista e as informações que pretende transmitir aos leitores entram, por vezes, em rota de colisão. Contudo, essa atitude de neutralidade para com os franceses evolui, não raro, para uma relação de filia:

No exercito lavrava já uma conspiração para expulsar os inglezes do governo E, como era natural, á frente d'este movimento, que já se accusava com certa agitação nos quarteis, ia pôr-se um homem energetico, odiado dos inglezes por ser liberal, por ser generoso e por ter servido com Bonaparte que quizêra reduzir á fome os inglezes, no abençoado *bloqueo continental* (1890, n.º 415:150).

Passemos agora à análise do segundo conjunto de textos de autores anónimos, recolhidos por Ribeiro Artur e também publicados no periódico *O Ocidente*, desta feita no ano de 1909. O artigo “Perfidia ou Politica Infernal” narra conversas travadas entre Bonaparte e Lúcifer, e o “Dialogo entre Murat e Bonaparte no qual se Expõe os Acontecimentos na Hespanha e Portugal, as Tramas e Ardis, que os Franceses Usaram, e Resistencia, que os Hespanhois lhes Fizeram até que o Mesmo Murat Fugiu da Hespanha” e as travadas entre o Imperador e Joachim Murat.

Numa breve introdução, Ribeiro Artur apresenta ao leitor vários escritos, portugueses e espanhóis, de 1808, sublinhando que a figura de Napoleão motivou o aparecimento de “satyras, verrinas, pamphletos, espirituosos uns, infames outros, com que se pretendia ferir ou delustrar o terrivel imperador” (1909, n.º 1061:132). Por ocasião das comemorações do primeiro centenário da Guerra Peninsular, Ribeiro Artur pretendia, assim, fazer chegar ao público de *O Ocidente* “alguns escriptos curiosos e interessantes referentes á guerra peninsular” (1909, n.º 1064:158).

Nos textos em apreço, o Imperador foi amplamente ridicularizado através de estratégias literárias como a ironia, a caricatura, a hipérbole e a paródia. Tendo como objectivo primordial atacar a figura de Napoleão, os autores recorreram ao seu

engenho e ao humor de modo a construir um universo fantástico e absurdo. De facto, a sátira necessita, em certa medida, da construção de uma realidade enquadrável no reino da fantasia, onde o leitor usufrua do grotesco, o que, por sua vez, implica a existência de uma moralidade que atribua significado à comicidade do texto satírico.

O universo satírico deste conjunto de textos tem lugar, numa primeira instância, na “lugubre morada” de Lúcifer. No diálogo travado entre o Diabo e Napoleão, este último, reduzido a um mero servo do Senhor das Trevas, pergunta-lhe: “não tratava eu de estabelecer o imperio universal somente com o fim de extinguir a moral e a religião, para depois oferecer tudo a teus pés, posto que ensanguentado e moribundo?” (Artur, 1909, n.º 1061:132). Na sequência dos mais variados insucessos militares, profetizados pelo narrador, Lúcifer dirige-se a Bonaparte dizendo:

Não, tu terás um lugar bem junto a mim: a desesperação, a raiva, os remorços, eis aqui o premio que terás por toda a eternidade. Deixo-te livre a língua para as blasphemias, os olhos para as lagrimas de sangue, de que no mundo tinhas tanta sede, e por agora eu vou encarregar a outro Diabo a destruição da Europa (se isso fôr possível) já que tu desempenhaste tão mal a minha comissão (Artur, 1908, n.º 1061:134).

No texto relativo ao diálogo travado entre Bonaparte e Murat, o narrador profetiza, novamente, a queda do Imperador, que apenas seria evitada se Napoleão estabelecesse um acordo amigável com a Inglaterra. Assim, em ambos os textos, a Grã-Bretanha surge como uma entidade temível, algo que se depreende logo no início do diálogo entre Lúcifer e Bonaparte, quando o primeiro profere as seguintes palavras: “Well come, sir, well come” (1909, n.º 1061:132), o que, deixando Napoleão visivelmente perturbado, o ridiculariza.

A mudança de atitude face aos britânicos, nos anos que antecedem a implantação da República, justifica-se, em larga medida, pelo reatar da aliança anglo-portuguesa. Ainda que os textos editados por Ribeiro Artur tenham sido escritos precisamente um século antes da sua publicação, o processo de selecção a que foram sujeitos revela o novo enquadramento político, social e económico do país. De facto, com a chegada do século XX, tanto a monarquia portuguesa como, pouco mais tarde, os republicanos, aperceberam-se da necessidade estratégica de restabelecer as boas relações diplomáticas com a secular aliada, de modo a (entre outros aspectos) atenuar o já muito impregnado sentimento anti-britânico existente na sociedade portuguesa.

Talvez não por acaso, em 1903, Edward VII elegeu Portugal como o primeiro país a visitar oficialmente após a sua coroação. Neste contexto, não deve descurar-se a importância do Marquês de Soveral, no respeitante à relação estabelecida entre as casas reais portuguesa e britânica. O Ministro português, íntimo de Edward VII e amigo de D. Carlos, desempenhou um papel preponderante no restabelecimento das relações luso-britânicas, tanto antes como depois do regicídio. Recorde-se, a propósito, que, com a intercessão de Soveral, se colocou a hipótese de um casamento celebrado entre o Príncipe D. Luís Filipe (e depois D. Manuel II) e uma princesa inglesa. Para além disso, a figura de Edward VII tornou-se uma presença assídua na imprensa periódica da época, o que contribuiu para reconciliar, de certo modo, a imagem de Inglaterra com o sentimento dos portugueses.

Assim, através do estudo do periódico *O Ocidente* em 1890 e, depois, em 1909, podemos concluir que um mesmo acontecimento, noticiado em dois períodos históricos distintos, é sempre sujeito a um processo de mediação, pois as regras linguísticas, aliadas ao momento socio-político dos autores ou editores de determinados enunciados, filtram a mensagem que pretendem transmitir: “the event must become a ‘story’ before it can become a *communicative event*” (Hall, 1993:508). Deste modo, a forma escolhida para relatar determinada ocorrência abarca uma série de implicações político-sociais, detectáveis, por exemplo, nos adjectivos e advérbios utilizados a propósito do “Outro”. Nos textos centrados na figura de Gomes Freire, a adjectivação relativa aos britânicos é, assim, substancialmente diferente dos vocábulos a que os autores dos textos de 1808 publicados em 1909 recorrem para descrever esse mesmo “Outro”. Por outro lado, devem ter-se ainda em conta os diferentes horizontes de expectativa do(s) leitor(es) na produção de significado de um determinado discurso, pois o modo como um texto jornalístico é tratado, torna-se indissociável do público-alvo a que o mesmo se dirige.

O entendimento da conjuntura histórica em que se inserem certos acontecimentos e, portanto, determinados discursos jornalísticos, torna-se essencial para compreender e desconstruir o imaginário de um “Eu” (o português) relativamente à representação de um “Outro” (o britânico), visto que o dizer o “outro” implica sempre um jogo de espelhos que se perpétua no tempo e no espaço. O trabalho do investigador deve ser justamente o de tentar desconstruir essas representações à luz da época em que foram produzidas. Qualquer enunciado que surja em consequência de um “Eu” que olha um “Outro” resulta de uma mediação que advém do poder que aquele que olha tem sobre o que

é olhado. A imagem do estrangeiro é, de facto, “o resultado de uma distância significativa entre duas realidades culturais ... [,] a representação de uma realidade cultural estrangeira através da qual o indivíduo ... [revela] e [traduz] o espaço ideológico no qual se [situa]” (Machado, 2001:51).

Convém, ainda, não esquecer que os textos em apreço são também, de alguma forma, de teor propagandístico, um tipo de discurso concebido para apelar e influenciar uma determinada audiência,

“is best seen as a type of goal-directed discourse in its own right Like deliberation dialogue, it is directed toward recommending a course of action; like persuasion dialogue, it works by calling on the commitments of the audience to gain its acceptance for a standpoint; and like eristic dialogue, it is aggressively partisan and emotional” (Wollaeger, 2008:108-109).

Efectivamente, o tipo de discurso adoptado por Manuel Barradas em “Estudos Historicos” não tem como objectivo transmitir uma imagem dos britânicos com total correspondência à verdade, mas antes, veicular uma representação que persuade e motive os leitores de *O Ocidente* a agir em conformidade. Por seu turno, os textos editados por Ribeiro Artur, dezoito anos mais tarde, optam por um discurso igualmente de cariz propagandístico ao veicularem uma atitude claramente anti-napoleónica, por oposição à imagem de uma Inglaterra temível, mas respeitável. Deste modo,

o discurso sobre o estrangeiro ... deve ser considerado como um discurso mais ou menos fortemente simbólico. Acrescente-se que ... quanto mais simbólico é este discurso ..., mais se esvanece, evidentemente, a dimensão analítica, mais se afirma o carácter polémico, ou didáctico ou propagandístico ou pura e simplesmente mitificante (Machado, 2001:74).

Assim, os textos em apreço são um artefacto cultural indissociável da época histórica em que foram produzidos e publicados, pelo que veiculam uma muito clara agenda doméstica. Tanto o *Ultimatum* britânico de 1890 como o restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e Inglaterra nas vésperas da implantação da República foram capitalizados pela imprensa periódica portuguesa, que tinha em vista o horizonte de expectativas do público português, cujo imaginário ficou profundamente marcado pelos acontecimentos de 11 de

Janeiro de 1890.

OBRAS CITADAS

I) Fontes Primárias

- Artur, Bartolomeu Sesinando Ribeiro. “Centenario da Guerra Peninsular: Dialogo entre Murat e Bonaparte no qual se Expõe os Acontecimentos na Hespanha e Portugal, as Tramas e Ardis, que os Franceses Usaram, e Resistencia, que os Hespanhois lhes Fizeram até que o mesmo Murat Fugiu da Hespanha”. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. 1909. N.ºs 1100 e 1101.
- “Centenario da Guerra Peninsular: Perfidia ou Politica Infernal”. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. 1909. N.º 1097.
- Barradas, Manuel. “Estudos Historicos”. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. 1890. N.ºs 403, 404, 408, 412, 415, 422, 423, 425 e 426.

II) Fontes Secundárias

- Barradas, Manuel. “Conflicto Anglo-Portuguez”. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. VI. 405. 1890.
- Cabreira, António. “Necrologia: Manuel Barradas”. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. VI. 693. 1898.
- Carvalho, António Manuel Ferrer de, Adelino de Matos Coelho, Carlos Alberto Fonseca e Álvaro Urze Pires. *O Exército Português e as Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular*. Lisboa/Parede: Tribuna da História, 2009-2011. 3 Volumes.
- Coelho, Maria Teresa Pinto. *Apocalipse e Regeneração. O Ultimato e a Mitologia da Pátria na Literatura Finissecular*. Lisboa: Edições Cosmos. 1996.
- Hall, Stuart. “Encoding, Decoding”. *The Cultural Studies Reader*. Coord. Simon During. New York: Routledge. 1993. 507-517.
- Machado, Álvaro Manuel e Daniel-Henri Pageaux. *Da Teoria da Literatura à Literatura Comparada*. Lisboa: Edições 70. 2001.
- Prendergast, Christopher. *The Triangle of Representation*. New York: Columbia University Press. 2000.
- Smith, George. *The Dictionary of National Biography*. Oxford: Oxford University Press. 1917.
- Sousa, Maria Leonor Machado de (coordenação), *A Guerra Peninsular. Perspectivas Multidisciplinares. Congresso Internacional e Interdisciplinar Evocativo da Guerra Peninsular. XVII Colóquio de História Militar nos 200 Anos das Invasões Napoleónicas*. Actas. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2008. 2 volumes.
- Terenas, Gabriela Gândara. *Entre a História e a Ficção: As Invasões Francesas em Narrativas Portuguesas e Britânicas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. 2012.

- Torres, João Romano (ed.). "Artur (Bartolomeu Sesinando Ribeiro)". *Portugal: Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. Lisboa. 1904. <<http://www.arq-net.pt/>> Consultado em 01-07-2013.
- Wollaeger, Mark. *Modernism, Media and the Propaganda. British Narrative from 1900 to 1945*. Princeton e Oxford: Princeton University Press. 2008.

Este estudo foi realizado no quadro do Projecto Estratégico PEst-OE/ELT/UI4097/2011, domiciliado no CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) e financiado pela FCT- Fundação para a Ciência e a Tecnologia.